

Um mês depois da sanção, bloqueio no Orçamento de 2018 chega a R\$ 16,2 bilhões

Um mês depois da sanção pelo presidente Temer, o Orçamento Geral da União de 2018 terá um ajuste de R\$ 16,2 bilhões. Segundo o Ministério do Planejamento, as medidas incluem a suspensão e o contingenciamento (bloqueio temporário) de despesas para cumprir a meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões para este ano e o teto de gastos. O bloqueio é necessário para garantir o cumprimento do teto de gastos. A equipe econômica contingenciará R\$ 8,2 bilhões do Orçamento por causa da manutenção dos reajustes

ao funcionalismo federal e do adiamento, para fevereiro, da aprovação do projeto que elimina a desoneração da folha de pagamento para os setores da economia.

Também suspenderá R\$ 8 bilhões de gastos que teriam como base as receitas resultantes da privatização da Eletrobras. A suspensão é preventiva. A previsão de receitas está mantida, mas o uso delas estará bloqueado até a aprovação do projeto de desestatização da companhia elétrica. Esses R\$ 16,2 bilhões irão para uma reserva dentro do Orçamento. Nesse procedimento, as verbas de cada órgão

do Poder Executivo serão reduzidas de forma linear, com o mesmo corte percentual para cada órgão. O Planejamento aumentou de 2,5% para 3% a previsão de crescimento do PIB em 2018.

A meta para 2018 é que o Governo Central (Previdência Social, Banco Central e Tesouro Nacional) tenha um déficit primário de R\$ 159 bilhões. O déficit primário considera as receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros. A reavaliação do Orçamento considera que o governo encerrará o ano com resultado negativo de R\$ 154,805 bilhões. No entanto, o ministro do Pla-



A meta para 2018 é que o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) tenha um déficit primário de R\$ 159 bilhões. O déficit primário considera as receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

nejamento, Dyogo Oliveira, esclareceu que a estimativa ainda inclui os R\$ 12,2 bilhões de receitas com a privatização da Eletrobras.

Em 2017, foram contingenciados R\$ 44,9 bilhões. Ao longo do ano, parte foi liberada e cer-

ca de R\$ 20 bilhões permanecem contingenciados. Com isso, o governo fechou o ano com déficit de R\$ 124,4 bilhões, consideravelmente abaixo da meta de R\$ 159 bilhões. A Emenda do Teto estabelece um limite anual de gastos e o percentual

de realização desse limite ao longo do ano. Estabelece a inflação do ano anterior como limite para o crescimento dos gastos da União no ano vigente. Para 2018, o limite do crescimento em relação a 2017 é de 3% (ABR).

Fachin libera ação penal contra Gleisi Hoffmann

O ministro do STF, Edson Fachin, liberou para revisão seu voto em ação penal na qual a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e seu marido, o ex-ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, são réus pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, na Operação Lava Jato. Segundo o despacho, caberá ao ministro Celso de Mello concluir a revisão e liberar a ação para o julgamento, que deve ocorrer ainda neste ano na Segunda Turma do Corte.

Em novembro do ano passado, ao apresentar as alegações finais no caso, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu a condenação da senadora e de Paulo Bernardo. No processo, ambos são acusados de receber R\$ 1 milhão para a campanha da senadora, em 2010. Na manifestação, última fase do processo antes da sentença, Dodge pede que Gleisi e Paulo Bernardo também sejam condenados ao pagamento de R\$ 4 milhões de indenização aos cofres públicos, valor quatro vezes maior do que o montante que teria sido desviado da Petrobras.

De acordo com depoimentos de delatores na Operação Lava Jato, o valor da suposta propina paga a Gleisi e Paulo Bernardo é



Gleisi Hoffmann foi citada nas delações do doleiro Alberto Youssef.

oriundo de recursos desviados de contratos da Petrobras. O casal foi citado nas delações do doleiro Alberto Youssef. Os advogados do casal afirmaram que as acusações são "meras conjecturas feitas às pressas" em função de acordos de delação premiada.

"A requerida [senadora] jamais praticou qualquer ato que pudesse ser caracterizado como ato ilícito, especialmente no bojo do pleito eleitoral ao Senado Federal no ano de 2010, na medida em que todas as suas contas de campanha foram declaradas e integralmente aprovadas pela Justiça Eleitoral", afirmou a defesa, na ocasião (ABR).

Receita Federal exclui 1,4 milhão de CNPJs

Contribuintes que não regularizaram a situação junto a Receita Federal tiveram o CNPJ excluído. Ao todo, foi dada baixa em 1.372.246 CNPJs de microempresários individuais, de acordo com o órgão. A lista com os CNPJs está disponível no link: (https://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2018/fevereiro/receita-divulga-relacao-de-baixa-de-cnpj-do-mei-relacaoinscricoesbaixadascnpj-ade01-2018.pdf).

Cerca de 1,4 milhão estavam irregulares no final do mês passado, o que equivale a 18,9% dos 7,574 milhões de CNPJ inscritos na modalidade. Eles não pagaram os impostos nos últimos três anos e estavam com as declarações anuais do Simples em atraso. Eles tiveram prazo para pagar os tributos devidos à Receita ou aderir ao parcelamento dos débitos em até 60 meses (cinco anos). A maioria, no entanto, continuou irregular.

Regime especial de tributação instituído em 2011, o MEI permite o pagamento simplificado de tributos por profissionais autônomos que faturem até R\$ 81 mil por ano e contratem, no máximo, um empregado (ABR).

Para garantir aprovação, Meirelles diz que texto da reforma pode ser negociado

O governo admite negociar alguns tópicos do texto final da proposta de reforma da Previdência visando a sua aprovação no Congresso Nacional. Foi o que disse na sexta-feira (2) a jornalista o ministro Henrique Meirelles, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde participou do evento Almoço do Empresário.

O ministro não quis, entretanto, adiantar quais seriam esses pontos. "Eu acho que negociação é algo que se faz durante o processo. Você não anuncia até onde está disposto a chegar porque, se não, já começa a negociação dali. Acho que o ideal seria aprovar o substitutivo que está hoje em andamento no Congresso".

O ministro destacou, por outro lado, que "se houver necessidades que não afetem fundamentalmente o benefício fiscal e a equidade do plano e, ao mesmo tempo possam gerar uma possibilidade de aprovação, é uma questão de discussão entre a área política e a base parlamentar". A votação da reforma está prevista



Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

para o próximo dia 19. Para Meirelles, o trabalho de esclarecimento que o governo vem efetuando nos últimos tempos está produzindo resultados positivos. Há indicações de que existe um número maior de parlamentares favoráveis à reforma, segundo ele.

"Agora, é o momento de intensificação do trabalho, visando à aprovação da reforma da Previdência, que é fundamental para o país", afirmou Meirelles. Indicou que esse

trabalho deve ser aprofundado pela área política do governo e pelos líderes do Congresso e da base aliada.

O ministro da Fazenda disse que a reforma da Previdência é importante para o Brasil do ponto de vista de justiça, equidade e fiscal. Informou que a taxa de reposição, que é a razão entre o valor do benefício da aposentadoria e o salário, é de 76% no Brasil, contra 37% na Irlanda e em torno de 50% nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Mais dissonante ainda é a idade média da aposentadoria, salientou o ministro. No México, por exemplo, a média entre os homens para se aposentar é de 72 anos de idade. Na OCDE, 64 anos e, no Brasil, 59,4 anos de idade. Henrique Meirelles argumentou ainda que cerca de 57% do Orçamento da União no ano passado foram gastos com despesas da Previdência Social. "Se continuar essa tendência, em 2026, as despesas com assistência social serão de 80%", externou (ABR).

Petrobras economiza com processos de contratação

Rio - A Petrobras informou na sexta-feira (2), que obteve uma economia de R\$ 750 milhões em 2017 com os procedimentos internos e soluções tecnológicas que tornaram mais rápido o processo de contratação e ampliaram sua base de fornecedores. As medidas aumentaram a competitividade dos processos. "Com as mudanças, o tempo total - da instauração à conclusão de uma licitação - diminuiu aproximadamente 40% em 2017 e o número de empresas cadastradas alcançou 7.300, um aumento de 15% em relação a 2016", informou a estatal em nota.

O procedimento para cadastramento de fornecedores também está mais ágil, informou a companhia, com duração média de 36 dias, 50% a menos do que os prazos praticados no início de 2017. "As ações resultaram em competitividade dos processos licitatórios, medida pela quantidade média de propostas recebidas em cada licitação. A competitividade nas contratações tem crescido mais 10% por ano desde 2015, traduzindo melhores condições de custo e



O tempo da instauração à conclusão de uma licitação diminuiu 40%.

qualidade para a companhia", destacou o diretor executivo de Assuntos Corporativos, Eberaldo de Almeida Neto, em um comunicado. Segundo ele, o novo modelo de gestão melhora a visão do fluxo das contratações como um todo e a comunicação entre os envolvidos, além de desburocratizar, mitigar riscos e reduzir custos, mantendo todas as exigências legais e a conformidade no processo (AE).

Este governo aguenta o déficit da Previdência, outros não

O presidente Michel Temer disse na sexta-feira (2) que insiste na reforma da Previdência porque apesar de o governo dele aguentar o déficit, outros não aguentarão. "Tenho mais 11 meses de governo. Eu aguento a Previdência. Houve um déficit de R\$ 268 bilhões nesse ano que passou, a tendência é aumentar essa dívida previdenciária este ano, mas o meu governo aguenta. Quem não vai aguentar são os próximos anos", afirmou em entrevista ao programa Super Manhã, da Rádio Jornal de Pernambuco.

Ele ressaltou que, ao fazer a reforma da Previdência, o governo está pensando nos aposentados, naqueles que vão se aposentar e nos servidores públicos, para não ocorrer o que está acontecendo em muitos estados brasileiros. "Em muitos estados, não há pagamento de aposentados, de servidores públicos, há atrasos dos mais variados", lembrou. "O que nós estamos fazendo é evitar que isso venha a acontecer em pouquíssimo tempo".



Temer inaugura 2ª Estação de Bombeamento do Eixo Norte da Integração do Rio São Francisco.

Temer comentou também o futuro do programa Bolsa Família. Apesar de ter aumentado o número de famílias assistidas pelo benefício, ele destacou que pretende dar condições para que os filhos das pessoas assistidas trabalhem e, com isso, possam sair do programa. "Nosso ideal não é manter as pessoas indefinidamente no Bolsa Família". Temer cumpriu agenda em Cabrobó, no interior de Pernambuco (ABR).

PT: declaração de Cármen Lúcia é 'inoportuna e inadequada'

Brasília - O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS), criticou na sexta-feira (2), as recentes declarações da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, sobre os desdobramentos políticos da confirmação da condenação do ex-presidente Lula em segunda instância. O petista disse considerar "estranho" que a ministra se manifeste fora dos autos, quando certamente terá de votar sobre recursos futuros que Lula deve impetrar na Corte.

"Ela jamais poderia ter se manifestado sobre um assunto do qual ela vai participar do julgamento. A manifestação dela é inoportuna e inadequada para a função que ela exerce", declarou Pimenta. Em um jantar nesta semana, Cármen Lúcia afirmou que usar o caso de Lula para revisar a decisão que permitiu a execução de pena após condenação em segunda instância judicial seria

"apequenar" o tribunal.

Na quinta-feira (1), Cármen classificou de "inadmissível e inaceitável desacatar a Justiça". Em discurso na sessão solene para marcar a abertura do Ano Judiciário de 2018, Cármen afirmou que sem "Justiça não há paz". As declarações da ministra foram vistas como um recado a dirigentes petistas e a Lula, que na semana passada disse não ter "nenhuma razão para respeitar" a decisão" da 8.ª Turma do TRF da 4.ª Região

Pimenta afirmou que nada impede a inscrição de Lula como candidato à presidência da República porque "não existe censura prévia" no Brasil. Ele disse que certamente haverá debates no STF sobre a candidatura do petista, já que o partido não tem um "plano B". "Não vão obter legitimidade na eleição onde o principal nome for impedido de participar", concluiu (AE).

613 pessoas foram resgatadas mais de uma vez da escravidão no País

Genebra - Escravos, de novo. Essa foi a realidade no Brasil para pelo menos 613 trabalhadores que, desde 2003, foram resgatados pelo menos duas vezes da situação de escravidão. Os dados foram publicados pelo Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, mecanismo criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Ministério Público do Trabalho.

Os dados compilados entre 2003 e 2017 revelam que um total de 35,3 mil trabalhadores foram resgatados no País da escravidão. Alguns deles, mesmo em liberdade, voltaram a ser escravizados para trabalhar.

"Quatro destes trabalhadores foram resgatados quatro vezes e outros 22 foram resgatados três vezes", indicou a OIT. Na avaliação da entidade internacional, "a reincidência de trabalhadores que retornam ao ciclo da escravidão é maior entre aqueles com baixo grau de instrução: a taxa para os trabalhadores analfabetos é o dobro daquela em relação aos que possuem o ensino fundamental completo".

"Dificuldades de acesso às políticas públicas, especialmente educação, aumentam a situação de vulnerabilidade social dos trabalhadores, facilitando o seu aliciamento e a exploração do seu trabalho", alertou a entidade.

Na avaliação da OIT, ainda que a proporção daqueles que voltar a ser escravizados é pequena, os números demonstram que existe a necessidade de fortalecimento de medidas de apoio socioeconômico aos resgatados. "A reincidência demonstra que não houve mudança significativa na vulnerabilidade social deles, mesmo com a libertação pelas autoridades brasileiras", indicou (AE).

"As pessoas comuns pensam apenas como passar o tempo. Uma pessoa inteligente tenta usar o tempo".

Arthur Schopenhauer (1788/1860)
Filósofo alemão